

# História do jornalismo econômico no Brasil: do café ao tempo real<sup>1</sup>

Paula Puliti

Doutora em Ciências da Comunicação pela USP  
 Docente do Centro de Pesquisa e  
 Pós-graduação da Uni-FMU  
 E-mail: pulitipaula@hotmail.com

**Resumo:** Este artigo refaz a História do jornalismo econômico do Brasil desde o início de sua construção, há mais de cem anos, até o ano de 2011, quando as agências de notícias em tempo real e 24 horas impõem mudanças estruturais na forma como se pratica jornalismo.

**Palavras-chave:** História do jornalismo econômico, história do jornalismo brasileiro, notícias econômicas, discurso econômico nos jornais.

*Periodismo económico en Brasil: del café al tiempo real*

**Resumen:** Este artículo revisa la Historia del periodismo económico de Brasil desde sus inicios, hace más de cien años, hasta el año de 2011, que es cuando las agencias de noticias en tiempo real durante las 24 horas imponen modificaciones estructurales en la manera en la que se practica periodismo.

**Palabras clave:** Historia del periodismo económico, Historia del periodismo brasileño, noticias económicas, discurso económico en los periódicos.

*Economic news in Brazil: from coffee beans to real time*

**Abstract:** This article builds up the history of the Brazilian economic news since its start, in the turning of the 19th to the 20th centuries up to 2011, when 24-hour-real-time news services impose structural changes to the way economic journalism is carried out in the country. The work goes through the key boost provided by the military, when ruling the country, who censured political information, but were much more open to economic contents.

**Keywords:** History of Brazilian economic news, Brazilian journalism, economic discourse in Brazilian media, Brazilian media studies.

O conteúdo do noticiário econômico como hoje o conhecemos, de forte viés financeiro, consolidou-se no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), quando o Brasil abraçou definitivamente as políticas preconizadas pelo chamado “Consenso de Washington”,<sup>2</sup> um receituário de abertura econômica à concorrência externa privada e de diminuição do tamanho do Estado que ratificou o neoliberalismo na região (Puliti,

<sup>1</sup> Levantamento histórico baseado em capítulo da tese de doutorado “A financeirização do noticiário econômico no Brasil (1989-2002)”, de Paula Puliti, defendida em novembro de 2009 na ECA-USP.

<sup>2</sup> O “Consenso” preconizava como fundamental para o desenvolvimento das economias latino-americanas a abertura econômica com o fim de barreiras protecionistas ao comércio de bens e serviços e ao fluxo de moeda entre os países; privatização de empresas; fim das regras que limitam o movimento de capitais internacionalmente e no interior de cada país; “flexibilização” das leis de trabalho, que na prática significa reduzir direitos sindicais, trabalhistas e previdenciários; cambio flutuante. Na realidade, o objetivo final era enxugar o tamanho do Estado, permitindo a geração de superávits fiscais para pagamento dos juros e do serviço da dívida pública externa. Ao mesmo tempo, com o aumento da liquidez internacional, intensificaram-se as pressões externas para que os países desregulassem seus mercados de capitais, internacionalizassem a emissão de papéis públicos e securitizassem suas dívidas (Loureiro, 1997:105).

2009, 2010). Praticamente nada mudou no governo Luis Inácio Lula da Silva (2003-2011) em termos de informação econômica e o mesmo se segue na administração Dilma Rousseff, iniciada em 2011.

*O grande impulso ao jornalismo econômico foi o próprio regime militar, iniciado em 1964 por meio de um golpe de estado*

Este artigo traça o histórico do jornalismo econômico no Brasil, da forma como é exercido pela chamada grande imprensa, desde a virada do século XIX para o século XX até os dias atuais, buscando fornecer elementos que contribuam para a análise do hermético conteúdo que predomina hoje nos jornais. Bolsa, câmbio, captação, mercado financeiro, derivativos, risco-país, bônus, superávit primário, superávit nominal zero, equilíbrio fiscal, déficit em conta corrente, fluxo cambial e balança comercial são apenas alguns exemplos dos assuntos predominantes.

O desenho traçado sobre a construção do noticiário econômico tem entre suas mais marcantes evidências o impulso que o próprio regime militar deu à informação econômica, na esteira da censura aos conteúdos políticos, vários anos antes de FHC. Já ao avançar até esta segunda década do século XXI, é possível se perceber as mudanças estruturais – ainda que não de conteúdo – pelas quais a informação econômica tem passado, chegando até a ascensão das agências de notícias como produtoras de um noticiário econômico em tempo real 24 horas que parece estar lançando bases para uma nova forma de se fazer jornalismo nos diversos meios.

## Os primórdios do jornalismo econômico no Brasil

Na virada do século XIX para o século XX, a matéria prima do noticiário brasileiro era a política e sempre fora a principal vertente do jornalismo brasileiro. Tanto que, publicada pela primeira vez no fim dos anos 1960, a grande referência histórica da imprensa brasileira, *História da Imprensa no Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, não dedicaria praticamente um único parágrafo ao jornalismo econômico. Foi apenas na quarta edição do livro, de 1999, que Sodré escreveu um capítulo novo, muito mais uma reflexão do que uma cronologia, como que para dar conta da crescente importância da economia na política e dos temas econômicos na imprensa.

Mas também não se pode deixar de reconhecer a existência de um noticiário econômico, ainda que bastante tímido e já muito especializado, nesse mesmo período. Eram conteúdos voltados a atender às necessidades oriundas do perfil agrário-exportador que definira por anos a economia brasileira.

O noticiário econômico correspondia a algumas poucas páginas, lidas por especialistas de alguns setores. “Eram páginas dedicadas ao café, ao preço do café, ao comércio do café, à importação e exportação de café” (informação verbal fornecida por Rocha em São Paulo, em entrevista à autora em 2007). Em *O Estado de S.Paulo*, o ponto de partida para a instituição de uma pauta econômica mais consolidada foi dado pelo alemão Geraldo Banas, na esteira da Segunda Guerra. Em 1945, ele entrou para o jornal e em 1946, junto com Frederico Heller, criou a seção de economia do *Estadão*. Em 1949, o jornal lança seu “Suplemento comercial e industrial”, semanal. É atribuído a esse suplemento uma das primeiras manifestações de um jornalismo econômico um pouco mais consolidado (Quintão, 1987:170) e de forte conteúdo estrangeiro, sobretudo norte-americano.

No “Grupo Folhas”, os temas econômicos passaram a aparecer mais a partir da incorporação a seu quadro de jornalistas,

no final dos anos 1930, do advogado Mário Mazzei Guimarães, que escrevia sobre temas de agropecuária. Por volta de 1950, a *Folha* também tinha repórteres voltados exclusivamente para temas econômicos, que escreviam, sobretudo, matérias analíticas.

Um episódio à parte é o surgimento da *Gazeta Mercantil* (criada em 1920, na forma de boletim diário econômico e financeiro) como um jornal de negócios, que vai despertar os grandes jornais para o valor contido na informação econômica. Em 1934, o chamado *Boletim Diário de Informações da Gazeta Mercantil e Indústria*, na época propriedade do italiano Pietro Pardini, foi adquirido pela família Levy, que já tinha experiência em publicações na área, com o *Boletim Comercial Levy*, criado em 1929, e a *Revista Financeira Levy*, criada em 1931 (Lachini, 2000:66). Passou a se chamar *Gazeta Mercantil, Comercial, Industrial e Financeira* e foi a grande escola de jornalismo econômico do Brasil.

Foi a partir da segunda metade dos anos 1950 que se começou a praticar no Brasil um jornalismo mais voltado a temas econômicos para além da agricultura, dentro de um processo intimamente ligado à reorganização do capitalismo em âmbito mundial, com a consolidação de multinacionais estrangeiras e alguns grandes bancos internacionais como os grandes detentores do poder econômico. Significa dizer que os anos JK (1956-1961)<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Durante seu mandato, o presidente Juscelino Kubitschek pôs em prática seu Plano de Metas, de crescimento de “cinquenta anos em cinco”. O plano era fortemente influenciado pela política de substituição de importações da Cepal (Comissão das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe), que visava a criar no país um parque industrial forte e variado, capaz de suprir as necessidades do mercado interno, permitindo um excedente exportador. Tentou-se aliar desenvolvimento com abertura do país às multinacionais, detentoras de tecnologia e geradoras de emprego, que ajudariam também a criar um mercado consumidor local. JK criou o Grupo Executivo da Indústria Automobilística, setor que alavancaria a industrialização do Brasil sustentado pelo investimento estrangeiro. Nesse período, também se instalou no país a indústria estrangeira de bens de consumo, e, junto com as grandes multinacionais, vieram também as assessorias de imprensa. Muito utilizadas pelas montadoras nos anos 1950 como ferramenta de divulgação de produtos e de criação de imagem, mais tarde elas seriam apropriadas pelo regime autoritário, incentivando a cobertura do milagre econômico (Resende, 2003:88).

foram o grande divisor de águas dessa cronologia (Resende, 2003:88).<sup>4</sup> A entrada de capital estrangeiro produtivo promovida pela política de Juscelino Kubitschek também promoveu a expansão do mercado publicitário no país. Como a receita da venda em banca nunca fora suficiente para bancar as equipes e os custos de produção, os jornais passaram a necessitar cada vez mais de anunciantes. E a indústria de bens de consumo que aqui se instalara respondeu positivamente às necessidades de receita dos jornais. Essa virada mercadológica foi uma das principais mudanças da imprensa no período.

O grande impulso ao jornalismo econômico, no entanto, foi o próprio regime militar, iniciado em 1964 por meio de um golpe de estado. No final dos anos 1960, o jornalismo econômico começa a se consolidar como uma área diferenciada da atividade profissional, nem tanto por seus próprios méritos. O que ocorreu, de fato, é que os militares tiraram os temas políticos do noticiário por meio de uma impiedosa censura e de perseguição violenta ao livre pensamento. Isso aconteceu ao mesmo tempo em que surgia com força um mercado de capitais especulativo, na própria década de 1970, com o fim do sistema de Bretton Woods.

Fora da política, a grande imprensa (formada basicamente no eixo Rio-São Paulo) viria a prestigiar, primeiramente, o caráter auto-professado como modernizador da dupla Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões (1964-1967), no Planejamento e na Fazenda, respectivamente. Dentro da mítica de modernidade, a dupla introduziu na imprensa temas inspirados nas teses neoliberais norte-americanas, como a necessidade de reestruturação das relações trabalhistas, que acabou levando a demissões em massa e à recessão 1964-1966, sob o pretexto de domar a escalada da inflação. “Mas o jornalis-

<sup>4</sup> Ainda nesse período, surge na cena jornalística Aloysio Biondi, um dos expoentes da equipe de profissionais especializados em economia que a *Folha* conseguiu reunir. Biondi viria a ser uma das maiores, se não a principal, referências do jornalismo econômico brasileiro. Atuou por 44 anos até sua morte, no ano 2000.

mo econômico desempenhará um papel não apenas de informante e analista dos negócios econômicos e financeiros, mas vai agir ainda como aliciador da consciência nacional e viabilizador, como tal, de uma rápida e segura reprodução do capital, como queriam as elites” (Quintão, 1987:13).

Campos e Bulhões adotaram discurso técnicos. O primeiro transformou-se em porta-voz do governo para a área econômica, convicto da eficácia de teses modernizantes e estrangeiras. Foi o principal representante do Brasil na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, ganhou o apelido de Bob Fields (seu nome em inglês) e carregou a pecha de entreguista dos interesses brasileiros para os norte-americanos. Mas Campos contra-atacou com artigos em jornais e fornecendo informações a seus amigos jornalistas que trabalhavam em grandes jornais. Montou sua assessoria de imprensa ao assumir o Planejamento, quando sucedeu ao economista Celso Furtado, fundador da Cepal (a então influente comissão das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe) e ex-ministro no governo João Goulart (1961-1964), com o objetivo de favorecer a legitimação das novas diretrizes econômicas do governo e garantir maior respeito às suas ideias. Outra de suas táticas foi a criação do Instituto de Pesquisas Econômicas (Ipea), contratando cerca de 100 jornalistas para compor o Grupo de Redação e divulgar material simpático à política governamental. Na *TV Rio*, a de maior audiência na época, Campos criou o programa *O assunto é política*, por meio do qual buscava dar maior racionalidade técnica às discussões econômicas. Era patrocinado pela montadora Chrysler e pela Standard, agência de publicidade norte-americana.

Delfim Netto, que substituiu Bulhões na Fazenda em 1967, também montou para si uma assessoria de imprensa. Proliferaram assessorias de imprensa nos ministérios, autarquias e empresas públicas vinculadas à área econômica (Quintão, 1987). No período Delfim, que durou até 1974, a im-

prensa convencional dedicou-se a exaltar o Produto Interno Bruto (PIB), que cresceria a taxas anuais médias superiores a 10%, numericamente comprovando o sucesso do desempenho econômico do país – o chamado milagre econômico – promovido por meio de um alto endividamento que viria cobrar a conta nos anos 1980 – a da que à custa de um alto endividamento externo e do aumento da concentração de renda e da pobreza.

A máquina oficial bombardeava os jornais com notícias positivas sobre o crescimento da economia, dos investimentos e da Bolsa de Valores. Ao mesmo tempo, professores de economia começaram a fazer parte do cotidiano da revista *Exame*. A publicação quinzenal de economia e negócios da *Editora Abril* fez em 1973 um convênio com a Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, formada por professores da Universidade de São Paulo) em que a *Abril* pagava algumas bolsas de pós-graduação em economia e, em troca, professores e pesquisadores da Fundação se reuniam mensalmente com os jornalistas para discutir conjuntura econômica, entre eles Affonso Celso Pastore, João Sayad, Fernando Homem de Mello, Roberto Macedo, Guilherme Dias e José Roberto Mendonça de Barros.

Muitos eram professores universitários que estavam chegando de Yale, Chicago e Princeton, universidades norte-americanas (Resende, 2003:142). Esses economistas, que mais tarde desembarcariam no governo, não tinham canal aberto na mídia. Mas com essa reunião mensal, descobriram como falar com a imprensa.

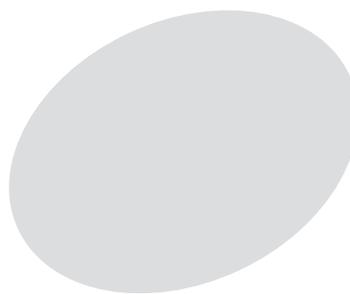
Era muito tranquilo fazer cobertura econômica naquele período, porque a imprensa econômica era pró-governo e raramente sofria repressão, enquanto outras áreas dos jornais eram censuradas. O que se viu foi a ampliação das equipes de economia em jornais de todo o país, enquanto as editorias de política emagreciam. Na época do “milagre”, havia basicamente três tipos de fontes regulares, com predomínio das autoridades. Delfim

Netto costumava receber às segundas-feiras, bem cedo, os principais editores dos jornais e revistas para conversas reservadas na sede do Ministério da Fazenda, em São Paulo, antes de voar para Brasília. Esses encontros funcionavam para balizar a cobertura de economia, indicar medidas que viriam e, na ponta oficial, para sentir a temperatura da política medida pelo termômetro dos jornalistas. Costumavam participar essas reuniões Rolf Kuntz, Robert Appy, Roberto Muller e José Roberto Guzzo, entre outros (Puliti, 2009:89).

O segundo bloco de fontes do noticiário de economia eram os empresários. Imbuídos do espírito oficial, rasgavam elogios à política econômica do governo. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) era a principal representante do setor. Um terceiro bloco eram os economistas. Havia algum espaço para os que contestavam a política econômica e a má distribuição de renda. Entre eles estavam Celso Furtado, o principal crítico da política econômica do regime militar, Luiz Carlos Bresser-Pereira, José Serra, Eduardo Suplicy e João Sayad, todos ligados à academia. Não havia, na época, nenhum economista de banco entre as fontes regulares dos jornais, até por razões óbvias: o governo não admitiria críticas por parte dos banqueiros. O banco mais crítico ao regime poderia sofrer retaliações.

O milagre começou a cambalear com o primeiro choque do petróleo, de 1974, quando houve forte aceleração inflacionária e a balança comercial brasileira passou a registrar déficits expressivos por conta da importação de petróleo e combustíveis. Os níveis de crescimento médio, que estavam na casa de dois dígitos, cairiam para 6.5%, chegando a 4% entre 1974 e 1979. A dívida externa, que chegaria a US\$90 bilhões, consumia 90% das receitas exportadoras. No final da década de 1970, com o segundo choque do petróleo e a mudança na política monetária dos Estados Unidos, que elevaram os juros para controlar a inflação, o endividamento externo promovido pelo milagre cobraria um preço alto.

Em 1982, México e Brasil declararam moratória da dívida externa. O capital internacional se tornou escasso e caro para os países da periferia. No Brasil, a moratória postergou projetos de investimentos e colocou o país em um estado de estagnação econômica. As decorrentes negociações das dívidas com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para obtenção de novos empréstimos, pressionaram os governos, forçando a movimentação das economias em direção à liberalização das restri-



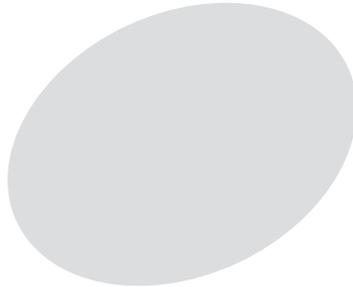
*O que se viu foi a ampliação das equipes de economia em jornais de todo o país, enquanto as editorias de política emagreciam*

ções aos fluxos de capital e de mercadorias e serviços (Baumann, 2000). Essas instituições exigiam aumento de impostos, desvalorização de moedas e redução de gastos governamentais – o que permitiria aos governos pagar suas dívidas.

Obviamente o jornalismo não passaria ao largo das mudanças monetárias do período 1970-1980. As crises externas, o esvaziamento forçado dos assuntos de política e a inflação em alta acabaram por tornar a economia o núcleo temático do noticiário a partir de meados dos anos 1970. Para as elites empresariais e financeiras, dentro de um cenário de alto risco, a informação econômica tornou-se mais relevante para a tomada de decisões (Kucinski, 1996:14). Para o leitor não-especializado, o jornalismo econômico assumiu a função de explicar os impactos dos juros altos e da inflação sobre aluguéis, salários, emprego e prestações. Nos anos 1970, tam-

bém houve crises de abastecimento que preocupavam a sociedade. Os jornais refletiram isso e começaram a cobrir agricultura mais com esse enfoque.

*Entre a equipe do Real, era pesadela a possibilidade de o plano ser prejudicado por falhas na comunicação inicial ao público*



Com a criação do *Jornal da Tarde*, no início dos anos 1970, a notícia economia ganharia um perfil mais de atender ao consumidor, inclusive nas aplicações financeiras, com sessões do tipo “entenda”, “dicas” ou “ABC”. O jornalista Joelmir Beting lançou a própria coluna diária, traduzindo o “economês” técnico. Foram criadas, com grande ênfase, seções do tipo “Seu dinheiro”, voltadas para a classe média que sonhava com a casa própria e começava a fazer aplicações financeiras.

Diante das mudanças estruturais em curso, as direções dos jornais começaram a achar os economistas acadêmicos exageradamente teóricos. Os jornalistas queriam informações de pessoas mais envolvidas com o cotidiano do nascente mercado financeiro. Nesse período, uma série de instituições financeiras não-bancárias ganharia corpo, como as corretoras e as distribuidoras de títulos e valores mobiliários, as DTVM. Além disso, com as confusões criadas por planos econômicos complicados, com tabelas, tablitais, conversores, redutores e impostos extraordinários, os jornais precisavam de fontes para explicar tudo isso. Foi assim, para dar conta de novas exigências do jornalismo econômico, que os economistas de bancos passaram a aparecer no noticiário, ocupando posição de destaque que ainda hoje não foi possível desafiá-la, ta-

manho o grau de confiança que seus discursos técnicos passam aos jornalistas e leitores.

Com a renegociação da dívida externa no âmbito do Plano Brady<sup>5</sup> de 1989, os investimentos estrangeiros começaram a retornar ao país, basicamente por meio da aquisição de títulos do governo. A entrada de recursos foi reforçada com as primeiras medidas de liberalização do fluxo de investimentos financeiros de 1990, no governo Collor. Nesse meio tempo, as instituições financeiras começaram a contratar assessorias de imprensa e, em paralelo, começou a consolidação da cultura de departamentos econômicos, que produziam estudos e projeções para clientes.

De início, fontes do mercado financeiro entraram no noticiário prioritariamente para falar de instrumentos de aplicações financeiras contra a corrosão inflacionária. Com o Plano Real lançado em 1994, durante o governo Itamar Franco e sob o comando de Fernando Henrique Cardoso na Fazenda, aquele tipo de jornalismo de serviço financeiro entrou em declínio com a redução da inflação. Uma vez controlados os preços, o noticiário passou a enfatizar aspectos mais ideológicos do neoliberalismo, como mudanças nas políticas monetária e fiscal. Naquele momento, o apoio da imprensa seria fundamental para legitimar questões ideológicas, como a redução do papel do Estado na economia, com privatizações, abertura comercial, financeira, juros altos e câmbio flutuante.

A tecnologia avançava mundialmente, permitindo a integração global das bolsas de valores, enquanto as aplicações financeiras se sofisticariam com os derivativos. A obtenção de ganhos no mercado financeiro passou a

<sup>5</sup> Em março de 1989, após as moratórias, foi anunciado pelo secretário de Tesouro dos EUA, Nicholas F. Brady, um plano para renegociar a dívida externa de países em desenvolvimento, mediante a troca por papéis novos. Esses novos títulos contemplavam o abatimento do encargo da dívida, através da redução do seu principal ou pelo alívio nos juros. Além de emitir os bônus, os países deveriam promover reformas liberais em seus mercados. Os bônus do Plano Brady ficaram conhecidos como bradies (Batista Junior; Rangel, 1994).

ser muito maior do que com a atividade produtiva, e muitas grandes empresas deixaram de investir em suas atividades para aplicar no mercado financeiro. O noticiário concentrou-se em comportamento de bolsa, dólar e juros, enquanto as notícias de negócios passaram de estratégias empresariais para a divulgação dos lucros das empresas de capital aberto negociadas em bolsa, de forma que os novos acionistas dessas empresas pudessem acompanhar seus investimentos.

### O plano real e a imprensa

Desde o regime militar, o Brasil vinha passando por mudanças profundas de política econômica, com espasmos de liberalização que só viriam a se consolidar a partir de 1994. Naquele ano, entrou em vigor o Plano de Estabilização Econômica do governo Itamar Franco – o Plano FHC ou Real – pelas mãos do então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que depois sucedeu Franco na Presidência por dois mandatos consecutivos (1995 a 2002).

No noticiário, o que se viu foi o avanço das fontes reprodutoras das políticas econômicas do “Consenso de Washington”, tanto do lado do poder Executivo quando do setor privado, com analistas de bancos, administradores de fundos de investimento, consultores e operadores do mercado financeiro, mas sobretudo membros do próprio governo. Fernando Henrique achava que o sucesso de seu plano dependeria em grande parte de um substancial esforço de comunicação. Entre os integrantes da equipe que trabalhava na preparação do Real, era pesadelo recorrente a possibilidade de o plano vir a ser prejudicado por falhas na comunicação inicial das medidas ao público, como havia acontecido com o Plano Collor (março de 1990), quando a equipe comandada por Zélia Cardoso de Mello tropeçava nas respostas dadas aos questionamentos dos jornalistas, aumentando as desconfianças sobre o duvidoso e polêmico plano.

A presidência contrataria a jornalista Maria Clara R. M. do Prado para comandar a organização da divulgação do Real pela imprensa. Ela conta (2005) que para que pudesse fazer um bom trabalho de comunicação precisaria ter acesso a todas as informações, além de ser aceita como participante em todas as reuniões da equipe econômica. As exigências foram aceitas, e as reuniões da equipe econômica passaram a ser acompanhadas pela jornalista. Naquele momento da política brasileira, depois do fiasco do governo Collor, o que estava em jogo era algo muito maior do que a estabilização econômica. Não podia haver risco de desconfiança nem tropeços, já que o Real também garantiria a consolidação no poder de um modelo econômico sintonizado com a globalização e a modernidade, condições que o PSDB, partido do então ministro da Fazenda, considerava fundamentais para tirar o país do atraso e se beneficiar da avalanche de recursos financeiros que buscava lucro (Prado, 2005).

Com o lançamento, os economistas do Plano Real passaram a realizar quinzenalmente mesas-redondas de entrevistas com seletos grupos de jornalistas na sede do Banco Central no Rio, em Brasília e em São Paulo. O objetivo era facilitar o entendimento de tudo o que se relacionava ao plano de estabilização. Procuravam tirar dúvidas e dar explicações sobre pontos que os jornalistas considerassem importantes naqueles primeiros meses de vigência da unidade monetária e posteriormente do Real.

Na visão que tinha de si próprio, reproduzida amplamente pelos jornalistas, Fernando Henrique se colocaria como o candidato presidencial que vinha em defesa da entrada do Brasil no primeiro mundo, por meio da liberalização econômica, mas com profundas preocupações sociais. Sua frase “a estabilidade é a mais eficaz política de distribuição de renda que o governo pode fazer” serviria para legitimar o plano que adotava as premissas financistas do “Consenso de Washington”.

Do Real para cá, também começou a crescer o jornalismo financeiro de negócios, acompanhando a popularização do mercado financeiro. Os balanços das companhias passaram a ocupar primeiras páginas dos jornais, assim como notícias sobre fusões e aquisições. O jornalismo de negócios passou a se misturar com o acompanhamento do mercado financeiro, e foi nesse ambiente que surgiu no ano 2000 o *Valor Econômico*, diário de economia e negócios resultante de parceria entre *Folha* e *O Globo*.

Questões ligadas à má administração levaram ao fim o mais importante jornal de economia do país, a *Gazeta Mercantil*, em 2009. Na esteira da crise da *Gazeta*, o grupo português Ongoing lançou no mesmo ano o *Brasil Econômico*, também voltado para economia e negócios, com foco em empresas, mercado de capitais, finanças e macroeconomia.

### ● O noticiário em tempo real

Enquanto o governo Fernando Henrique preparava o Brasil para entrar no mundo da circulação dos grandes capitais internacionais que se intensificava na década de 1990, a desregulamentação global do sistema financeiro e a disponibilidade de novas tecnologias de informação e de gerenciamento de ativos financeiros transformavam a natureza do mercado de capitais. Pela primeira vez, ele seria global, unificado, funcionando o tempo todo e com grande velocidade de transações.

Com um mercado financeiro crescente e se popularizando, o jornalismo brasileiro também entraria no mundo das agências de informação em tempo real para o mercado financeiro. O ponto de partida foi dado pela Broadcast, hoje chamada de AE News, da Agência Estado Ltda, empresa do Grupo Estado, e que em meados dos anos 1990 teve dois novos braços: o AE Empresas e Setores, que acompanha as empresas de capital aberto listadas em Bolsa de Valores, e o AE Agro, para

os investidores em negócios com commodities agrícolas e grandes produtores rurais. A Agência Estado é a única que domina o mercado de notícias tempo real em um país. Em todos os outros países, esse mercado é detido por Reuters, Bloomberg ou Dow Jones (Silva, 2002).

### ● Considerações finais

E são justamente essas três agências internacionais, mais o serviço em tempo real o que *Valor Econômico* pretende lançar no fim de 2011, os principais responsáveis pelas mudanças mais recentes no mercado de trabalho jornalístico no país, junto com a transformação dos serviços da *Agência Estado* em noticiário tempo real 24 horas. Os noticiosos tempo real estão investindo em contratações e tecnologia, de olho em investidores financeiros globais que consideram o Brasil da atualidade uma ótima opção de investimento de alto retorno, enquanto as taxas de juros norte-americanas continuam baixas e a União Europeia tropeça na crise da dívida de alguns de seus países-membros.

Para a prática jornalística, o efeito mais visível por enquanto – já que se está diante de uma mudança em andamento – é a velocidade imposta tanto a apurações quanto a redação de uma notícia. É a variável velocidade (obviamente com precisão de informação) que define a vantagem de um veículo sobre outro. Os novos jornalistas já não precisam tanto se preocupar com texto final, reflexões, elaborações. É preciso apurar e passar a notícia para a redação em milésimos de segundo, para não perder para o concorrente. É essa informação rápida e superficial que vai influenciar o noticiário dos sites, dos jornais impressos, dos telejornais e do rádio-jornalismo. Ainda não se está dando a devida importância às mudanças que o tempo real está provocando na forma como se faz jornalismo no Brasil e no mundo.

(artigo recebido set.2011/ aprovado out.2012)

## Referências

---

- BATISTA JUNIOR, P. N.; RANGEL, A. S. “A renegociação da dívida externa e o Plano Brady: avaliação de alguns dos principais resultados”. **Pedex**. São Paulo, outubro de 1994, Caderno Dívida Externa, p. 7.
- BAUMANN, R. “Os anos 90 e o paradoxo do desenvolvimento”. In: LACERDA, A. C. (Org.). **Crise e Oportunidade: o Brasil e o cenário internacional**. São Paulo: Lazuli Editora, 2006, p. 235-252.
- KUCINSKI, B. **Jornalismo econômico**. São Paulo: Edusp, 1996.
- LACHINI, C. **Anábase: história da Gazeta Mercantil**. São Paulo: Lazuli Editora, 2000.
- LOUREIRO, M. R. **Os economistas no governo: gestão econômica e democracia**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- PRADO, M.C.R.M. **A real história do real**. Rio de Janeiro: Record. 2005.
- PULITI, P. **A financeirização no noticiário econômico (1989-2002)**. Tese de Doutorado. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2009.
- PULITI, P. “A financeirização do noticiário econômico: o uso de estratégias de comunicação por grupos de interesse e seu impacto nos conteúdos jornalísticos”. **E-Compós**. Brasília, v. 13, n. 3, 2010, p. 1-12 .
- QUINTÃO, A-S. F. **O jornalismo econômico no Brasil depois de 1964**. Rio de Janeiro: Agir, 1987.
- RESENDE, J. V. **Construtores do jornalismo econômico: da cotação do boi ao congelamento de preços**. São Paulo: Secretaria de Abastecimento e Agricultura, 2003. [Série Discussão Apta 3].
- SILVA, J. P. **A broadcast, o mercado financeiro e a cobertura de economia da grande imprensa**. Tese de Mestrado. Brasília: Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Brasília, 2002.

